profissional, com a categoria de principal. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Borges.*

1000310092

Aviso n.º 2679/2007

Faz-se público que, por meu despacho de 14 de Junho de 2006, o funcionário Paulo Gomes de Almeida foi, com efeitos à data da cessação da comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às especificidades da administração pública local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, provido definitivamente na carreira de assistente administrativo, lugar onde se operou a sua reclassificação profissional, com a categoria de assistente administrativo. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Borges.*

1000310093

Aviso n.º 2680/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, pelo meu despacho n.º 1/2007, de 2 de Janeiro, nomeei, precedendo concurso interno de acesso limitado, o funcionário José Augusto Félix Guimarães para a categoria de técnico de informática do grau 3.

O ora nomeado tem 20 dias para aceitar a nomeação, contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Borges.*

1000310089

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DE PENA

Aviso n.º 2681/2007

Em cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 9 de Janeiro de 2007, e ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, se procedeu à renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo com o técnico profissional de 2.ª classe, área florestal, Luís Miguel da Costa Lopes, pelo período de 12 meses, a partir de 1 de Fevereiro do corrente ano. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 27 de Agosto.)

31 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Agostinho Alves Pinto.*

1000310506

Aviso n.º 2682/2007

Em cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 9 de Janeiro de 2007, e ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo com os trabalhadores Sara Eugénia Gonçalves Teixeira Martins, Ana Maria Gaspar Gonçalves, Maria da Glória Marinho Guerra Silva e Paulo Inácio Pires Pereira, auxiliares de serviços gerais, pelo período de 12 meses, a partir 1 de Fevereiro do corrente ano. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 27 de Agosto.)

31 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Agostinho Alves Pinto.*

1000310505

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 2683/2007

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro, faz público que esta Câmara Municipal, reunida em 18 de Janeiro de 2007 e nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública o loteamento sito no Bairro do Paraíso, Cumeadas, Santiago do Cacém, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 02503/280602 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3074, em nome de Francisco Manuel Rosa Gil e outros a qual prevê a constituição de um lote para implantação de cinco moradias unifamiliares de dois pisos, mais cave para garagem, e publicitar a mesma através de aviso a publicar no *Diário da República* e comunicação social, por um período de 8 dias para anúncio e 15 dias para discussão pública, estando o mesmo disponível na Divisão de Gestão Urbanística nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Santiago do Cacém.

25 de Janeiro de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro dos Santos Beijinha.*

1000310484

Aviso n.º 2684/2007

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro, faz público que esta Câmara Municipal, reunida em 25 de Janeiro de 2007 e nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública o desenho urbano do loteamento em nome de José Francisco e outros, sito em Amoreira, Zona Industrial Ligeira, Alvalade, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 509/19900303 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 225, secção Q, da freguesia de Alvalade, com a constituição de 29 lotes para o uso de indústria/comércio e serviços e publicitar a mesma através de aviso a publicar no *Diário da República* e comunicação social, por um período de 8 dias para anúncio e 15 dias para discussão pública, estando o mesmo disponível na Divisão de Gestão Urbanística nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Alvalade.

26 de Janeiro de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro dos Santos Beijinha.*

1000310485

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Edital n.º 150/2007

O engenheiro António Paulo Jacinto Eusébio, presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de Novembro, torna público que se encontra na Divisão de Planeamento Urbanístico um pedido para licenciamento de um paiol fixo permanente superficial, no sítio da Garcia (a nascente da antiga lixeira), sobre o qual os interessados poderão apresentar, por escrito, no prazo de 30 dias, quaisquer reclamações, em que se aleguem razões relacionadas com a saúde pública, a segurança individual e da propriedade, o interesse público ou a incomodidade do estabelecimento.

Para constar se lavrou o presente edital, que irá ser afixado nos lugares públicos do costume.

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Paulo Jacinto Eusébio.*

1000310499

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso n.º 2685/2007

Discussão pública — Processo camarário n.º 11/2006 — Licenciamento de operação de loteamento — Emparcelamento

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, torna público que, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de licenciamento de operação de loteamento — emparcelamento, sito na Avenida da Liberdade, em Sesimbra, freguesia de Santiago, concelho de Sesimbra, a que respeita o processo camarário n.º 11/2006, requerido por Grupo Desportivo de Sesimbra. O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciar-se-á no 8.º dia posterior à publicação no *Diário da República.*